

DESREGULAMENTAÇÃO: O *furacão* que revolveu o setor farmacêutico, em Portugal

■ COMO SE DEU A DESREGULAMENTAÇÃO QUE SACUDIU O SETOR FARMACÊUTICO, NO PAÍS, EM 2005; QUE INTERESSES NUTRIRAM AS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS; OS DIAS PENOSOS PARA OS FARMACÊUTICOS, A REAÇÃO DA CATEGORIA E O REENCONTRO DOS PROFISSIONAIS COM O MERCADO E A POPULAÇÃO, NAS PALAVRAS DO BASTONÁRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS DE PORTUGAL, CARLOS MAURÍCIO BARBOSA, EM ENTREVISTA À PHARMACIA BRASILEIRA.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.



Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da
Ordem dos Farmacêuticos de Portugal

Foi como se o céu desabasse sobre a cabeça dos farmacêuticos portugueses, quando, em maio de 2005, em seu discurso de posse, o Primeiro Ministro de Portugal, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, anunciou que iria “enfrentar o lobby das farmácias”, desregulamentando o setor.

O anúncio chocou observadores farmacêuticos internacionais, que qualificavam as farmácias e os seus proprietários (eram todos farmacêuticos) do então regime vigente como um segmento de grande poder de organização e elevada qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

As medidas mais duras que escureceram o horizonte farmacêutico foram a criação dos “locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica”, que os portugueses passaram a chamar de *parafarmácia*.

Noutras palavras, são estabelecimentos abertos e mantidos por qualquer pessoa, inclusive não farmacêuticas. Eles passaram a comercializar medicamentos isentos de prescrição médica, que eram, antes de dispensação exclusiva, nas farmácias. As parafarmácias espalharam-se pelo País e alcançaram os supermercados. A responsabilidade técnica desses estabelecimentos pode ficar a cargo de um técnico em farmácia.

A convulsa desregulamentação do setor, contudo, não alcançou os objetivos imaginados pelo Governo, segundo explica o Bastonário (ou Presidente) da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal, Carlos Maurício Barbosa. Uma das medidas, segundo ele, visava a reduzir os preços dos MIPs (medicamentos isentos de prescrição) e facilitar o acesso da população aos mesmos. “Mas, cinco anos depois, podemos concluir que o primeiro objetivo não se verificou, vez que os preços subiram muito. A própria indústria farmacêutica aproveitou a oportunidade para por esses medicamentos, no mercado, a preços mais altos”, denuncia o dirigente da Ordem.

Carlos Maurício acrescenta: “Quanto ao segundo objetivo, viu-se que esses estabelecimentos não tinham viabilidade econômica e eles passaram a fechar as portas. Mantiveram-se, no mercado, apenas os que estão localizados nos supermercados, que estão nas mãos de três grandes redes e que estão localizados apenas nos grandes centros urbanos. Ou seja, o acesso, que era o grande objetivo, também não foi cumprido”. A abertura do setor trouxe outras situações.

Mas os farmacêuticos portugueses abriram importantes caminhos para enfrentar as dificuldades impostas pelo novo enquadramento do setor.

E os caminhos tem nome: serviços farmacêuticos. Os profissionais expandiram o arco de serviços prestados, com mais focalização nos pacientes, em suas necessidades.

Firme e destemido, o Bastonário da Ordem explica, nesta entrevista à revista PHARMACIA BRASILEIRA, como numa saga, os termos da desregulamentação; os interesses que, segundo ele, nutriram as medidas governamentais; os dias penosos para os farmacêuticos, a reação da categoria e o reencontro dos profissionais com o mercado e a população.

Carlos Maurício Barbosa é farmacêutico formado pela Universidade do Porto, em 1986. Especializou-se em Farmácia Industrial e doutorou-se em Tecnologia Farmacêutica. É professor de Tecnologia Farmacêutica e investigador da Faculdade de Farmácia da mesma Universidade onde cursou a sua graduação. Ali, ensina, também, Farmácia Magistral e Demofarmácia e Cosmética e Dispositivos Médicos (correlatos).

Em Portugal, há 13 mil farmacêuticos. Anualmente, formam-se entre 400 e 500 novos profissionais nos nove cursos de Farmácia do País. O segmento comunitário reúne 2.800 farmácias (em Portugal, não existe a figura da drogaria) e, até 2.007, elas eram de propriedade exclusiva de farmacêuticos. Um farmacêutico só podia ter uma farmácia.

Os estabelecimentos traziam o conceito europeu de “farmácia integrada”, onde estavam reunidos os produtos que permitiam prevenir e tratar as doenças e promover a saúde e o bem-estar. Ali, também, são oferecidos os serviços farmacêuticos, como o acompanhamento farmacoterapêutico dos pacientes e a sua participação nas campanhas de vacinação.

No final de maio de 2010, o Dr. Carlos Maurício esteve, em Porto Alegre (RS), para participar, como convidado, do “XX Congresso Pan-Americano de Farmácia” e do “XIV Congresso da Federação Farmacêutica Sul-Americana”, realizados nas dependências da PUC (Pontifícia Universidade Católica).

Ali, ele proferiu as palestras “Farmácias comunitárias x cadeias farmacêuticas, na Europa”, e “Atividade magistral nas farmácias do mundo (esta última, ao lado das colegas Arianna Cirrottola, da Venezuela, e Maria do Carmo Garcez, do Brasil). **Carlos Maurício Barbosa nos concedeu esta entrevista.**

PHARMACIA BRASILEIRA - A desregulamentação do setor farmacêutico, em Portugal, deu-se em que termos?

Farmacêutico Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal - Preciso começar a dizer aos farmacêuticos brasileiros que a desregulamentação, na saúde, é um mau caminho, e os políticos devem ter consciência disso, porque a saúde e os seus sistemas mexem muito com a vida das pessoas. Portanto, não podemos tornar a área da saúde um verdadeiro mercado de concorrência. Pensar em contrário é um desastre.

Em Portugal, em 2005, o Partido que ganhou as eleições teve maioria absoluta, no Parlamento, e isso era confortável para ele, porque permitiu passar, na Casa, todos os projetos de

“
Preciso dizer aos farmacêuticos brasileiros que a desregulamentação, na saúde, é um mau caminho, e os políticos devem ter consciência disso

(Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal).

”

lei que quisesse. Pois bem, o Governo usou essa maioria absoluta para alterar, de forma radical, todo o enquadramento legal do setor farmacêutico português.

Ressalto que não havia qualquer estudo, no País, que demonstrasse a necessidade de se alterar o quadro legal do setor. Havia, sim, vários estudos que demonstravam elevadíssimos índices de satisfação da população com as suas farmácias. Portanto, nada justificada as mudanças, e os políticos sabiam disso. O que aconteceu foi uma decisão meramente política, de se alterar a legislação.

PHARMACIA BRASILEIRA - Mas baseada em que? Que argumentos o Governo usava para justificar a desregulamentação?

Farmacêutico Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal - Infelizmente, os políticos não viam com bons olhos um setor bem organizado, que era o das farmácias. Um setor organizado, coeso e unido é uma ameaça para os políticos. Não havia - nem há, hoje - um setor com esse grau de organização.

Isso, para os políticos, era algo muito perturbador. E eles passaram, por isso, a designar o setor como sendo de *lobby*, de *lobby* das farmácias. O Primeiro Ministro de Portugal, José Sócrates, em Maio de 2005, diz, em seu discurso de posse, que vai enfrentar o *lobby* das farmácias.

Ora! Não é normal, nem comum num primeiro referir-se a uma classe profissional nos termos com que ele se referiu. Isso constituiu para todos nós como um sinal de que iria haver da parte do Governo uma vontade para alterar radicalmente tudo o que tínhamos, como, de fato, aconteceu.

A primeira grande alteração foi retirar os medicamentos isentos de

“
Não havia qualquer estudo, no País, que demonstrasse a necessidade de se alterar o quadro legal do setor

(Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal).

”

prescrição médica da dispensação exclusiva, nas farmácias. Hoje, eles podem ser comercializados, em estabelecimentos que não são farmácias. O Governo criou a figura dos “locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica”. Esses estabelecimentos passaram a ser conhecidos pela população como “parafarmácias” ou “espaço de saúde” e se espalharam pelo País. Eles foram instalados, também, nos supermercados. Mas os medicamentos estão dentro do balcão e não em auto-serviço.

PHARMACIA BRASILEIRA - E de quem é a responsabilidade técnica desses estabelecimentos?

Farmacêutico Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal - Tanto pode ser do farmacêutico, como de um técnico de farmácia. E, o que é mais

“

O que aconteceu, então, na prática foi que o Governo abriu um novo mercado às redes de supermercados. Apenas isso

(Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal).

”

grave: cada um pode ser responsável, simultaneamente, por quatro locais de venda, desde que eles estejam num raio de 50 quilômetros. É óbvio que os farmacêuticos não estão presentes a esses locais. Portanto, para o Governo, esses são locais de venda. O Governo não quer saber de dispensação.

Essa medida foi apresentada aos portugueses com dois grandes objetivos: 1º - reduzir os preços dos MIPs; 2º - aumentar o acesso da população aos MIPs. Mas, cinco anos depois, podemos concluir que o primeiro objetivo, que era de reduzir os preços dos medicamentos, não se verificou, vez que eles subiram muito. A própria indústria farmacêutica aproveitou a oportunidade para por esses medicamentos, no mercado, a preços mais altos.

Quanto ao segundo objetivo, que era de aumentar o acesso da população aos MIPs, com a idéia que

foi passada, de que era uma atividade muito rentável, muitas pessoas de fora do setor farmacêutico decidiram abrir centenas desses estabelecimentos - os "locais de venda".

Com o andar do tempo, elas viram que esses estabelecimentos não tinham viabilidade econômica e passaram a fechar as portas. Mantiveram-se, no mercado, apenas os que estão localizados nos supermercados, que estão nas mãos de três grandes redes e que estão localizados apenas nos grandes centros urbanos. Ou seja, o acesso, que era o grande objetivo, também não foi cumprido.

O que aconteceu, então, na prática? Aconteceu foi que o Governo abriu um novo mercado às redes de supermercados, setor que nunca teve medicamentos entre os seus produtos. Apenas isso.

PHARMACIA BRASILEIRA - O que os senhores estão fazendo para compensar a diminuição, pela população, dos serviços farmacêuticos?

Farmacêutico Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal - Bem, desde outubro de 2009, temos um novo Governo, embora seja o mesmo Partido e o Mesmo Primeiro Ministro. Mas garanto-lhe que é um Governo completamente diferente, porque ele não mais a maioria, no Parlamento. E, por conseguinte, não tem condições, sozinho, de fazer passar leis.

Estamos em bom diálogo com o Governo (com a Ministra da Saúde, Ana Jorge), com vistas a que, em Portugal, tenhamos aquilo que tecnicamente desejamos, que é a terceira lista de medicamentos, formada por produtos isentos de prescrição, mas que só podem ser dispensados à população, em farmácias, por razões de saúde pública. Sendo assim, esses medicamentos só poderão ser dispensados, em farmá-



cias, por farmacêuticos. Essa lista está sendo elaborada, com critérios técnicos e científicos.

Ou seja, o que estamos propondo à Ministra é que uma categoria de medicamentos (os MIPs) seja considerada de dispensação exclusiva, nas farmácias, embora sejam isentos de prescrição médica. São os medicamentos que necessitam de aconselhamento farmacêutico, no momento da dispensação cujo uso indiscriminado e continuado possa causar problemas de saúde, e os usados por períodos mais prolongados, como o omeprazol, orlistato, e de desagens elevadas, como paracetamol e o ibuprofeno.

PHARMACIA BRASILEIRA - A Ministra Ana Jorge está receptiva à proposta da Ordem? Que alterações os senhores prevêem que serão feitas na Lei?

Farmacêutico Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal - A Ministra, por ser médica e sensível

“

Foi na focalização mais forte no paciente, em suas necessidades, que enfrentamos as perdas

(Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal).

”

às questões da saúde, compreende a nossa proposta, numa perspectiva de defesa da saúde pública. Uma alteração na legislação do setor farmacêutico feita pelo Governo atingiu o regime de propriedade das farmácias. Esta alteração só entrou em vigor, no final de 2007. Ela abriu a propriedade das farmácias a não-farmacêuticos. Agora, qualquer um pode ser proprietário.

Mas não houve a liberação da instalação. Ou seja, para se abrir uma farmácia, é preciso que o Ministério da Saúde autorize o alvará, e isso depende de critérios demográficos e geográficos. Agora, a distância é de 350 metros e o número de habitantes, de 3000 para cada estabelecimento.

Mas não concordamos com o processo de concessão do alvará, que se baseia em sorteio e não em aspectos profissionais. Queremos alterar

isso. Só que ainda não foi realizado nenhum sorteio. As farmácias que já eram de propriedade de farmacêuticos podem ser vendidas para não farmacêuticos. Na prática, a propriedade da farmácia não mudou muito, porque foi muito reduzido o número de farmacêuticos que venderam as suas farmácias a não farmacêuticos. Com essas mudanças, é possível ser proprietário de até quatro farmácias. A regra é para todos (inclusive aos farmacêuticos).

Outra alteração veio da decisão do Governo de instalar, nos hospitais privados, farmácias comunitárias abertas ao público. Elas ficam, abertas durante 24 horas dos 365 dias do ano. O processo de abertura é por leilão e qualquer um pode participar. Ganha quem der ao hospital as melhores condições econômicas. Mas as farmácias não estão conseguindo pagar aos hospitais aquilo que propuseram a fazer, porque estão com dificuldade econômica, vez que não recebem o número de receitas que tinham a expectativa de receber.

E não recebem, porque a população que vai ao hospital e que sai de lá com a sua receita prefere ir à farmácia que habitualmente lhe presta assistência farmacêutica. É onde as pessoas têm uma relação de confiança com os farmacêuticos.

Esta é uma grande lição dada pela população aos políticos - a de que este não é um modelo que ela quer. Por isso, a Ordem dos Farmacêuticos defende o encerramento dessas farmácias instaladas em hospitais, porque elas não trouxeram nada de novo e vantajoso para a população. Vieram, isto sim, foi trazer um problema adicional, que é o não pagamento de rendas fixa e variável

aos hospitais. Uma das farmácias teve que se propor a pagar ao hospital onde foi instalada 36% do valor das vendas, o que é impraticável.

PHARMACIA BRASILEIRA - Os farmacêuticos proprietários de farmácias tiveram grandes perdas com a desregulamentação do setor? Muitas fecharam as portas?

Farmacêutico Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal - Dois mil e seis e 2007 foram anos muito negativos, em vários níveis, inclusive econômico, para as farmácias portuguesas. Nesses anos, foram registradas perdas, o que nunca havia acontecido. Mas nenhuma farmácia fechou as suas portas.

PHARMACIA BRASILEIRA - Como os farmacêuticos enfrentaram as perdas?

Farmacêutico Carlos Maurício Barbosa, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal - Foi na focalização mais forte no paciente, em suas necessidades, que enfrentamos as perdas. E, nos últimos dois anos, assistiu-se a um desenvolvimento muito marcante dos serviços farmacêuticos prestados pelas farmácias à população. O monitoramento dos doentes crônicos passou a ser mais efetivo. Refiro-me aos diabéticos, hipertensos, asmáticos, portadores de doenças pulmonares e doentes geriátricos. Outra parte dos serviços é a vacinação.

A consulta em nutrição, também, passou a ser serviço prestado. Mas é prestado, em alguns casos, por nutricionistas contratados pelas farmácias que, igualmente, passaram a oferecer consultas dadas pelos podólogos.